

OS IMPACTOS MUDIÁTICOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

MEDIA IMPACTS ON CRIMINAL COURTS

IMPACTOS DE LOS MEDIOS EN EL SISTEMA DE JUSTICIA PENAL

Edson Luiz Facchi Junior

Mestrado em Direito área de concentração em Poder, Estado e Jurisdição pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), Tribunal de Justiça Desportiva de Futsal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Roger William Pavelski da Silva

Graduado em Direito pelo Centro Universitário UniOpet – Campus Centro Cívico. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: rogerwilliam7@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa analisa como o acesso à informação recebe carga valorativa no processo de vinculação das notícias a partir de um fato ocorrido que desperta o enfoque público. O objetivo específico da pesquisa é esclarecer o papel da mídia como “quarto poder”, sem limitações, que manipula os sentimentos populares e ocasiona excessos por parte dos portais digitais, que, ao noticiarem fatos, acabam por violar direitos e garantias constitucionais e processuais penais. Neste estudo, questiona-se o abuso de poder praticado pela mídia, que se vale de suas prerrogativas enquanto meio de comunicação de massa para formação da opinião pública e o protagonismo do poder judiciário. Consequentemente produz-se uma seletividade no sistema penal. Ainda nesse estudo, analisa-se a evolução da mídia ao longo da história e o ativismo judicial. O ponto nevrálgico deste trabalho é a exposição da fonte de informação privilegiada da mídia e seus interesses internos. Esse trabalho vale-se do uso de informações doutrinárias e bibliográficas acerca do assunto abordado, a partir das particularidades relativas à intersecção entre o Direito Penal e a mídia, de maneira a relatar as consequências da replicação de informações sensacionalistas e/ou sigilosas no processo penal.

Palavras-chave: Direito Penal. Direitos Fundamentais. Processo Penal. Mídia. Opinião Pública.

ABSTRACT

This paper analyzes how the valuation of information shapes the process of linking news to events that capture public attention. The specific objective of this study is to elucidate the role of the media as the 'fourth estate' in influencing popular sentiment. This phenomenon often leads to overreach by digital platforms, resulting in violations of constitutional and criminal procedural rights. The present study challenges the abuse of media power, highlighting its role as a mass communication medium that molds public opinion and influences judicial

outcomes, thereby introducing a bias into the criminal justice system. Additionally, it examines the historical evolution of the media and the phenomenon of judicial activism. At the heart of this research lies the exposure of the media's privileged access to information and its underlying motivations. Drawing on doctrinal and bibliographical sources, this study explores the intersection between criminal law and the media, focusing on the consequences of disseminating sensationalist or confidential information within the criminal justice system.

Keywords: Criminal Law. Fundamental Rights. Criminal Procedure. Media. Public Opinion.

RESUMEN

Esta investigación analiza cómo el acceso a la información adquiere valor en el proceso de vinculación de noticias en torno a un acontecimiento ocurrido y que atrae la atención del público. El objetivo específico de la investigación es esclarecer el papel de los medios de comunicación como un “cuarto poder”, sin limitaciones, que manipula el sentir popular y provoca excesos por parte de los portales digitales, que al informar los hechos terminan violando derechos y garantías procesales constitucionales y penales. Este estudio cuestiona el abuso de poder practicado por los medios de comunicación, que utilizan sus prerrogativas como medio de comunicación de masas para formar la opinión pública y el protagonismo del poder judicial. En consecuencia, se produce selectividad en el sistema penal. Este estudio también analiza la evolución de los medios de comunicación a lo largo de la historia y el activismo judicial. El núcleo de este trabajo es la exposición de la fuente privilegiada de información de los medios y sus intereses internos. Este trabajo utiliza información doctrinal y bibliográfica sobre el tema abordado, a partir de las particularidades relacionadas con la intersección entre el Derecho Penal y los medios de comunicación, con el fin de informar las consecuencias de la replicación de información sensacionalista y/o confidencial en el proceso penal.

Palabras clave: Derecho Penal. Derechos Fundamentales. Procedimiento Penal. Medios de Comunicación. Opinión Pública.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a divulgação das informações dos eventos diários ocorridos no mundo se dá por meio dos portais digitais de comunicação, por via dos *sites* eletrônicos, como rádio, jornal, canais de TV, e aplicativos de redes sociais.

Em regra geral, a informação provém desses veículos de divulgações de

notícias que selecionam fatos de impacto social e, por vezes, de forma sensacionalista e carente de precisão técnica na análise da veracidade dos fatos trazidos à baila, não tomam a devida cautela, divulgando informações sobre processos penais em curso, expondo segredos de justiça e/ou distorcendo as informações para conquistar popularidade e obter vantagens de cunho econômico e político.

Nesse contexto, a mídia deve ser limitada no âmbito legislativo por intermédio da construção prévia de uma política criminal proporcional que vise garantir o acesso à informação, sem violar as garantias constitucionais dos acusados como: privacidade, honra, presunção de inocência, dignidade humana, direito ao silêncio, ampla defesa, contraditório e devido processo legal.

Nota-se que, no momento de divulgações das informações maculadas aos sensacionalismos midiáticos, cria-se um sistema inquisitorial marcado pela presunção de culpa. Ao público impõe-se uma imagem do acusado como um sujeito temerário, funesto, transgressor e averso à ordem social, não restando alternativa senão condená-lo publicamente da forma mais austera quanto possível.

Neste cenário, a realidade dos fatos narrados pouco importa; a verdade que a mídia impõe torna-se absoluta para garantir um espetáculo público, ajustado aos interesses dos detentores dos meios de comunicação. Destarte, a notícia é selecionada e repassada ao cidadão da forma como a mídia quer, chegando aos indivíduos imbuída de manipulação, impedindo que as pessoas formulem suas próprias conclusões sobre os fatos. Isso pode causar uma comoção social de instabilidade emocional, descrença no sistema penal e sensação de impunidade.

Em linhas gerais, este estudo: apresenta uma análise abrangente da evolução da mídia até os dias atuais; discute a origem da informação sigilosa midiática; relata como surge o protagonismo do poder judiciário; o ativismo judicial e seu impacto no poder judiciário; explora a relação da mídia como quarto poder e a sua função como mecanismo de controle social e analisa o

sensacionalismo midiático na divulgação das notícias apontando sua influência na opinião pública, especialmente, em relação à cobertura de crimes de grande repercussão na sociedade.

BREVE HISTÓRICO DA MÍDIA

O interesse pela comunicação remonta a história da civilização ocidental, sob a óptica da formação do cidadão, desde cedo, foi primordial organizar os temas políticos em favor do debate e da promoção da coisa pública “*res publica*”.¹ Nesse cenário, desenvolveu-se a Retórica.² A curiosidade por tal assunto advém do período histórico intitulado como “Idade Antiga”,³ originando-se nas cidades-estados gregas por volta do século V a.C., especificamente em Siracusa, na Magna Grécia, atualmente onde se situa a Itália.⁴

Segundo o “Oxford English Dictionary”, somente, na década de 1920, as pessoas passaram a utilizar o termo “mídia” e, na sequência, em 1950, há menção à uma “revolução da comunicação”. A comunicação foi estudada na Idade Média, bem como na Idade Moderna, sobretudo no Renascimento. Na idade contemporânea, nos séculos XVIII e XIX surgem novas ideias, como o conceito de “opinião pública” e de “massas”, cujo momento histórico auxiliou a construção de uma consciência nacional pela divulgação das ideias.⁵

No século XX, houve um interesse acadêmico pelo estudo da propaganda. Na Alemanha, Walter Benjamin (1892-1940) publicou “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Na Escola de Frankfurt, Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) desenvolveram uma “teoria

¹ “*Res publica*” é um termo em latim que significa uma coisa de uso comum, ou coletivo, de propriedade do estado.

² A palavra Retórica, do grego *Rhetoriké* “arte da retórica”, consiste na argumentação eloquente ou clara em qualquer tipo de discurso.

³ Segundo os historiadores modernos, a idade antiga é um período da história iniciado quando o ser humano desenvolveu a escrita na Suméria, por volta de 300 a.C. e estabeleceu seu fim em 476 d.C com o fim do Império Romano do Ocidente.

⁴ COSTA, Ricardo da. A retórica na Antiguidade e na Idade Média. **Revista Transformação**, v. 42, n. 2, p. 355-384, 2019.

⁵ BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 13.

crítica” à denominada “indústria cultural”.⁶

Ao longo do tempo, os povos foram divulgando as informações por meio de festivais culturais, imagens, manuscritos, teatros, desenhos, esculturas, figuras, ícones, símbolos, sermões, literaturas e tradicionalmente, oralmente, transmitindo-se por meio da repetição a descrição de fábulas ou histórias, de modo a propagar os dogmas de uma religião, arte, ofício ou uma ciência.⁷

Estes modos de comunicação das informações permitiram passo por passo a formação de um sistema preponderante de comunicação. Com o desenvolvimento da comunicação, por meio da criação de novas tecnologias, houve mudanças significativas que trouxeram consequências culturais e sociais, primordialmente políticas e psicológicas.⁸

Nesse cenário, é substancial avaliar se as redes de informação passaram a favorecer a democracia ou a ditadura, eis que a “era do rádio” não foi tão somente de Roosevelt e Churchill, mas também de Hitler, Mussolini e Stálin.⁹

Pelo lado psicológico, a leitura e a visão podem influenciar a empatia ou a apatia com os demais, a depender do discurso ou ponto de vista propagado.¹⁰

Em decorrência disso, é possível aniquilar ou criar tipos de comunidades, bem como macular a verdades dos fatos. A arbitrariedade ao divulgar informações pode até, em termos coloquiais, “cancelar”¹¹ uma pessoa, condená-la ou absolvê-la, independentemente da prévia constatação da veracidade dos fatos. Por conseguinte, atualmente no cenário nacional a imprensa sem qualquer regulamentação é deveras temerária. A partir do século XX, com a evolução dos meios de comunicação e da tecnologia de informação e com o surgimento da “sociedade de informação”,¹² no âmbito do Poder Judiciário são empregadas

⁶ Ibidem, p. 13.

⁷ Ibidem, p. 13.

⁸ Ibidem, p. 13.

⁹ Ibidem, p. 13.

¹⁰ Ibidem, p. 13-14.

¹¹ “Cancelar”, é um fenômeno das redes sociais que visa banir pessoas que ferem valores de um grupo social.

¹² A “sociedade de informação” é um termo do século XX, surgido na pós-modernidade, é marcado por inovações tecnológicas e comunicacionais para disseminação das informações.

novas técnicas de gestão midiáticas.¹³

A ORIGEM DA INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Na batalha por conquistar leitores, ouvintes e telespectadores, a competição por notícias exclusivas é incessante. Instituições jornalísticas e empresas de notícias empenham-se em obter informações privilegiadas, investigando, contatando, questionando e, por vezes, violando dispositivos legais e preceitos éticos, na tentativa de manter o público informado e à frente da concorrência. Apesar da imprensa ser essencial para a democracia, fiscalizando o governo, organizações privadas e pessoas, questiona-se o método de obtenção da informação, debatendo-se sobre se a informação deveria ter sido divulgada.¹⁴

Atualmente, as informações são comercializadas e alguns jornalistas adquirem informações sigilosas por meios desonestos, injustos e sub-reptícios, não assumindo um dever de boa-fé na obtenção do conteúdo jornalístico. Em virtude disso, no entanto, não se impede que a informação seja divulgada e, uma vez divulgada, pode gerar efeitos irreversíveis e desequilibrar o sistema processual penal.¹⁵

Os canais de informações possivelmente obtêm notícias privilegiadas, violando a privacidade alheia com o uso de dispositivos ou equipamentos investigativos. O maior problema está no método de obtenção da informação por meio da comercialização de informações por funcionários de instituições públicas com informações privilegiadas, que as trocam por favores políticos ou vantagens econômicas. Isso pode causar dilemas legais e éticos na sociedade. Nessa linha, indaga-se até que ponto pode ser garantido o sigilo da fonte à imprensa para “atender ao interesse público” e mascarar o propósito de interesses econômicos e políticos da indústria da informação e de instituições

¹³ BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Op. cit., p. 14-15.

¹⁴ ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B.L. **Representing order: Crime, law, and justice in the news media**. Milton Keynes: Open University Press, 1991, p. 5.

¹⁵ *Ibidem*, p. 5.

públicas corrompidas?¹⁶

PROTAGONISMO DO PODER JUDICIÁRIO E O ATIVISMO JUDICIAL

Imparcialidade do Julgador e o Princípio da Publicidade do Processual

O direito à informação simboliza a prerrogativa de exteriorização da liberdade de manifestação do pensamento. O art. 5º, inciso XIV da Constituição Federal de 1988,¹⁷ estatui o direito fundamental à liberdade de informação, assegurando a todos o acesso à informação. Artur Souza diz que a referida liberdade não diz respeito apenas a um direito subjetivo, vai além, para atender à expectativa de um direito coletivo, autorizando manifestações de cunho social, cultural, econômica e étnica.¹⁸

A liberdade de imprensa e o direito à informação não são exclusivamente direitos fundamentais individuais, visto que se desenvolvem no contexto dos direitos sociais, com o intuito de tornar concreto e real pleitos democráticos, os quais revelam a aflição com a influência midiática nas decisões judiciais.¹⁹

Os princípios da publicidade do julgamento e imparcialidade do julgador nos processos penais de repercussão geral midiática entram em conflito, dado que é nítida a dicotomia na última década entre tais normas principiológicas, devido ao surgimento de novas tecnologias que permitiram a transmissão de sessões virtuais de processos políticos e julgamentos diante do tribunal do júri, os quais ganharam os holofotes ao serem divulgados por jornais, canais de comunicação e portais digitais. Com isso, deu-se força para o ativismo judicial e o protagonismo do poder judiciário.²⁰

O princípio da publicidade é relevante para a população acompanhar o

¹⁶ Ibidem, p. 6.

¹⁷ “Art. 5º [...] XIV — é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

¹⁸ SOUZA, Artur César de. **A decisão do juiz e a influência da mídia**: ineficácia da prova divulgada pelos meios de comunicação para o processo penal e civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 156.

¹⁹ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, p. 110.

²⁰ Ibidem, p. 5.

poder judiciário. Visando a atender esse anseio, a Constituição da República de 1988, em seu artigo 93, inciso IX,²¹ determina que, em regra geral, os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, com decisões fundamentadas, exceto na hipótese legal de limitação, com vistas a preservação do direito à intimidade, garantindo o sigilo processual.²²

A permissão constitucional para os cidadãos acompanharem os atos processuais como audiências ou sessões de julgamento é ineficiente, isto é, esporadicamente, há certas burocracias por parte de órgãos do Poder Judiciário que dificultam o acesso aos processos de natureza pública. Nesse cenário, a publicidade dos processos é intermediada, mormente, pela mídia, por meio de suas divulgações. A partir disso, é preciso cautela quanto à publicização midiática, visto que é susceptíveis de influenciar o magistrado, as partes e terceiros como testemunhas, peritos, advogados e réus em atos conexos, ou seja, a população de uma maneira geral.²³

O ativismo no Poder Judiciário

No que se refere à concepção de ativismo judicial, leciona Oliveira

A concepção de ativismo, por sua vez, está jungida a uma efetiva participação extensiva e vigorosa do Judiciário na consolidação dos valores e fins preconizados constitucionalmente. É uma interpretação proativa da Lex Fundamentallis que propicia uma releitura de seu real sentido, alcance e valores axiológicos, com o objetivo de permitir a prolação de decisões modernas, reformadoras/revolucionárias, progressistas e construtivas.²⁴

Outrossim, Barroso assevera:

²¹ “Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...]

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

²² Ibidem, p. 5.

²³ Ibidem, p. 5.

²⁴ OLIVEIRA, Leonardo Alves de. Ativismo judicial: qual é o limite do Poder Judiciário? **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 64, n. 467, p. 15-25, set. 2016, p. 18.

O papel do Judiciário e, especialmente, das cortes constitucionais e supremos tribunais deve ser o de resguardar o processo democrático e promover os valores constitucionais, superando o déficit de legitimidade dos demais Poderes, quando seja o caso. Sem, contudo, desqualificar sua própria atuação, o que ocorrerá se atuar abusivamente, exercendo preferências políticas em lugar de realizar os princípios constitucionais.²⁵

Consoante o entedimento de Oliveira, é necessário valorar o ativismo judicial sob o prisma dos limites constitucionais, seja à vista de efetivar direitos e garantias fundamentais ou de modo a reduzi-los. Em havendo contrariedade às normas da Constituição, o ativismo judicial fomentará o anseio do julgador, o qual decidirá dispendo de sua discricionariedade. Por outro lado, se há o efetivo amparo aos direitos e garantias fundamentais, então, o ativismo judicial cumprirá um relevante papel no Estado Democrático de Direito.²⁶

À vista disso, o magistrado alcunhado de “ativista” somente o é – ou deveria ser – para garantir direitos tidos como fundamentais pela Constituição de seu território, com vistas de implementar a justiça social. Para Gargarella, naturalmente, seria um “dever de civilidade”, não um ativismo “extra constituição” marcado por uma interpretação do próprio ponto de vista juiz. Outrossim, “o ativismo judicial diz respeito a uma postura do judiciário para além dos limites constitucionais”.²⁷ Ora, o ativismo judicial manifesta-se quando o tribunal ou um togado “decide a partir de argumentos de política, de moral, enfim, quando o direito é substituído pelas convicções pessoais de cada magistrado”.²⁸

Há que se falar em ativismo judicial ante a superação do positivismo, com o surgimento de um pós-positivismo ou um neoconstitucionalismo. Lênio Streck cita a ADI n.º 5.874, por meio da qual o ministro Luís Roberto Barroso, em

²⁵ BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 1- 42, abr. 2005, p. 41.

²⁶ OLIVEIRA, Leonardo Alves de. Ativismo judicial: qual é o limite do Poder Judiciário? Op. cit., p. 19.

²⁷ TASSINARI, Clarissa. **Jurisdição e ativismo judicial**: limites da atuação do judiciário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 37.

²⁸ STRECK, Lênio. **Verdade e consenso**: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 583.

decisão monocrática passou a redefinir o Decreto relativo ao indulto natalino, sendo essa uma prerrogativa reservada ao Presidente da República:

Para o ministro, o indulto agora está proibido - por ele, monocraticamente - em casos de crimes como peculato e corrupção ativa e passiva, de pena pendentes de recurso da acusação, de presos que cumpriram menos de um terço da pena... enfim, há uma série de perfis a partir dos quais o indulto está vedado. Atenção: Também penso - e neste ponto estou de acordo com o ministro - que o presidente da República não tem liberdade absoluta para conceder indulto. Não tem carta branca. Já escrevi sobre isso, falando sobre indulto para crime hediondo (comentei a decisão do STF na ADI 2.795). Mas daí o Judiciário, no caso, um ministro do STF, reescrever o decreto vai uma distância enorme. Se fizer controle de constitucionalidade - bem fundamentado - o que acontece é invalidação do texto. Ou uma interpretação conforme (verfassungskonforme Auslegung). Ou uma nulidade parcial sem redução de texto (Teilnichtigklärung ohne Normtextreduzierung). Ou até uma nulidade parcial com redução de texto. Mas, fazer um “novo”? Legislar em lugar do presidente?²⁹

Verifica-se a perniciosidade do ativismo judicial apresentado na decisão retratada acima; haja vista que “o ativismo judicial diz respeito a uma postura do judiciário para além dos limites constitucionais”¹⁵. Tal ativismo é negativo.

Ativismo judicial na Constituição de 1988

A partir da Constituição da República de 1988, tem-se consolidado o ativismo judicial nacionalmente. A cobertura midiática de crimes afeta as garantias individuais, ocasiona o ativismo e o protagonismo do Poder Judiciário. Aliado a isso, a publicidade midiática exacerbada inerente aos processos penais resulta no espetáculo midiático, marcado por entretenimento, comoção e formação da opinião pública.³⁰

Quando o julgador profere discursos a fim de atender a opinião pública, há interferência nas decisões judiciais, logo ele não se atenta aos princípios constitucionais da imparcialidade do juiz, contraditório, ampla defesa e

²⁹ STRECK, Lenio. O indulto e a Escola do Direito Livre: o STF que vai de zero a cem! **Consultor Jurídico**, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-15/senso-inco-mum-indulto-escola-direito-livre-stf-zero-cem/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

³⁰ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 3.

presunção de inocência. Na hipótese de haver estímulo para resguardar tais princípios, concretiza-se um “sistema acusatório” com os devidos limites constitucionais. Carece a democracia brasileira dos axiomas constitucionais. Sobretudo, deve ser observado como meta o “princípio da dignidade da pessoa humana”.³¹⁻³²

Facchi leciona que o ativismo judicial tem duas vertentes. A positiva, defendida por Barroso e Estefânia Barboza, visa a romper com a teoria positivista tradicional, ao ponto de propor a legitimação da atuação do Poder Judiciário quando este exerce a atribuição dos Poderes Executivo e Legislativo, a fim de maximizar a efetivação dos direitos e garantias fundamentais que não estão sendo atendidos. Sob outra perspectiva, há na doutrina o ativismo judicial intitulado como “negativo”, o qual se concretiza quando o magistrado decide para além da lei, com o propósito de mitigar os direitos e garantias individuais e coletivas.³³

A MÍDIA COMO 4º PODER E O SISTEMA DE CONTROLE SOCIAL

Seguindo os ensinamentos de Facchi, a mídia, enquanto orientadora da opinião pública, é instrumento de função social, porquanto propala informação à toda sociedade, o que em outros tempos seria impensável, em consequência do modelo político ou cultural predominante em determinadas civilizações, as quais cercearam à liberdade de imprensa para garantir o controle social.³⁴

Intitulada como “quarto poder”, a mídia é reconhecida como premissa da democracia. No entanto, Fonseca questiona: “quem controla o quarto poder?”.³⁵ Essa é uma reflexão pertinente, tendo em vista não haver uma regulamentação nacional limitando os limites da imprensa. A mídia tem influência na atividade

³¹ O “princípio da dignidade da pessoa humana” reconhece o valor de cada indivíduo e estabelece que todas as pessoas devem ser tratadas com respeito, igualdade e liberdade. Visando a proteção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade inclusiva e justa.

³² FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 3.

³³ Ibidem, p. 3.

³⁴ Ibidem, p. 40.

³⁵ FONSECA, Francisco C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 13-24, jun. 2004, p. 20.

humana. É reconhecido seu caráter informativo em uma sociedade democrática. A comunicação midiática, por vezes, é aliada na pretensão de consolidação da democracia, da cidadania e da justiça, enquanto visa a evitar o esquecimento social, a fim de assegurar a participação popular como modo de garantia de direito.³⁶

Fausto Neto destaca a importância dos instrumentos de divulgação de informações para a construção de sistemas de representação, com a ingerência nos processos de poder do Estado, seja na expressão legislativa, administrativa ou judicial.³⁷

Por outro prisma, a mídia como quarto poder é uma via para o ativismo e para o protagonismo do Poder Judiciário. Tendo o monopólio na divulgação de informações ao público, constitui um poder para alterar a concepção, percepção e a sensibilidade social, influenciando diretamente a sociedade.³⁸

Afinal, as notícias e informações têm como escopo o público enquanto receptor. Constata-se que os meios de comunicação em massa utilizam a opinião pública para sua própria promoção, retirando a imparcialidade e corrompendo a comunidade. Isso se deve ao fato de que, na sociedade do espetáculo, orientada pela indústria da informação, objetiva-se o lucro, logo o espetáculo necessita do maior número de ouvintes e o processo garantista dá lugar à atração da condenação.³⁹

A Mídia como Detentora do Monopólio das Informações

Consoante Facchi, a mídia fornece visibilidade aos campos sociais da política, da saúde, da educação e do direito. Ela reúne o poder de intervir no curso dos acontecimentos com auxílio dos recursos à sua disposição para conquistar os seus objetivos. Por vezes, somente configurar-se-á democracia em certas sociedades quando houver previsão normativa expressa do direito de

³⁶ Ibidem, p. 13.

³⁷ ANTONIO NETO, Fausto. **Comunicação e mídia impressa**. São Paulo: Hacker, 1999, p. 13.

³⁸ FACCHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 3.

³⁹ Ibidem, p. 3.

liberdade de opinião e de manifestação, consolidada por via dos meios de comunicação de massa.⁴⁰

Segundo Quadros, o monopólio midiático, a partir da formação de um parâmetro público, constitui um poder invisível para modificar a percepção, a sensibilidade e a sociabilidade. Conforme esse ponto de vista, cabe destacar a relevância do conceito da comunicação para o autor, que assim assinala:

Para entender-se essa influência é preciso aceitar-se o termo “comunicação” como caracterizado pela ênfase no seu caráter mediático, pois ele apresenta características bem diferenciadas da comunicação interpessoal prevalecente em outras épocas. Essa comunicação denominada de “midiática” tem, por um lado, a mídia atuando na produção das notícias e das informações e, por outro lado, o seu público colocando-se como receptor, o que certamente obscurece o procedimento dialogal da comunicação e cria efeitos consideráveis sobre a opinião pública.⁴¹

Destarte, é incontroverso o poder que a mídia exerce em outros campos sociais, sobretudo no Direito e na Política, faz com que a sociedade se comporte consoante os seus regramentos e interesses internos. Metaforicamente, a mídia seria, em menor medida, uma versão do “Ministério da Verdade” da distopia escrita pelo jornalista, ensaísta e romancista britânico George Orwell na obra intitulada “1984”, publicada em 1949, eis que a mídia, eventualmente, altera a história, molda-a de acordo com sua vontade. Para isso, jornais e revistas são modificados, há mudança nas estatísticas e discursos são omitidos.⁴²

Não raras vezes, a mídia constrói toda uma narrativa sensacionalista e tendenciosa, com viés de punitivismo penal, marcado por estereótipos discriminatórios. Na construção dessa narrativa, diariamente há um acompanhamento minucioso dos casos penais, trazendo riscos aos direitos e garantias constitucionais precípuas dos acusados. Na sociedade de informação, é por intermédio da imagem que a mídia explora as notícias conforme seus

⁴⁰ Ibidem, p. 16.

⁴¹ QUADROS, Doacir Gonçalves de. O poder e a mídia na teoria social. **Ius Gentium**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 78-94, jul./dez. 2016, p. 91.

⁴² ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

interesses, aproveitando-se, inclusive, das paixões e as fraquezas das pessoas para criá-las.⁴³

Isso é de fácil constatação, em especial, quando são divulgadas imagens de casos violentos que repercutem socialmente e geram sentimentos coletivos de ojeriza e pânico, os quais podem resultar na formação de uma prévia opinião da população, com a tendência a condenar o acusado. Não se propugna a possibilidade plena do acesso ao contraditório e a ampla defesa, tão essenciais ao Estado Democrático de Direito.⁴⁴

Outrossim, o sofrimento alheio representado pela imagem pode ser confortável, isto é, o espectador coloca-se, sempre, distante da catástrofe. Nesse sentido, Sontag assinala:

Parece que a fome de imagens que mostram corpos em sofrimento é quase tão sôfrega quanto ao desejo de imagens que mostram corpos nus. Durante muitos séculos, na arte cristã, imagens do inferno proporcionavam essa dupla satisfação elementar. Às vezes, o pretexto podia ser uma narrativa bíblica de decapitação (Holofernes, João Batista), lendas de massacres (os meninos judeus recém-nascidos, as 11 mil virgens) ou algo do tipo, mas investidos da condição de um fato histórico real e de um destino implacável. [...] Apenas uma provocação: você é capaz de olhar par isso? Existe a satisfação de ser capaz de olhar para a imagem sem titubear. Existe o prazer de titubear.⁴⁵

As imagens produzidas de crimes bárbaros, corriqueiramente contra um “inimigo” (àquele menos favorecido da sociedade), estimulam um grande espetáculo. A atração midiática tem como alicerce a exteriorização do martírio alheio, pelo qual o outro, é simplesmente visto como um objeto, e não como um ser que também vê. Debord argumenta que nas sociedades modernas materializa-se uma sequência de espetáculos, convertendo o real em apresentação:

⁴³ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 63.

⁴⁴ Ibidem, p. 64.

⁴⁵ SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 38-39.

As imagens que se destacaram de cada aspecto da vida fundem-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa mesma vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada parcialmente apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudo mundo *à parte*, objeto de mera contemplação. A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não vivo.⁴⁶

Na realidade da sociedade do espetáculo midiático, deseja-se apenas transformar produtos em imagens, não há nenhuma preocupação com o fim a que ela se destina. Isto é, “o fim do espetáculo não é nada senão ele mesmo”.⁴⁷ Quanto mais horripilantes as imagens produzidas, maior o interesse social em consumi-las, a fim de atender os anseios sociais. Sontag, discorre sobre a questão:

Quanto mais remoto ou exótico o lugar, maior a probabilidade de termos imagens frontais completas dos mortos e dos agonizantes. Assim, a África pós-colonial existe na consciência do público em geral no mundo rico – além da sua música sensual – sobretudo como uma sucessão de fotos inesquecíveis de vítimas com olhos esbugalhados, desde as imagens da fome em Biafra, no fim da década de 1960, até os sobreviventes do genocídio de quase 1 milhão de tútsis em Ruanda, em 1994 e, poucos anos depois, as crianças e os adultos cujas pernas e braços foram amputados durante a campanha de terror em massa promovida pela RUF, um movimento rebelde de Serra Leoa. [...] Essas imagens trazem uma mensagem dupla. Mostram um sofrimento ultrajante, injusto e que deveria ser remediado. Confirmam que esse é o tipo de coisa que acontece naquele lugar. A ubiquidade dessas fotos e desses horrores não pode deixar de alimentar a crença na inevitabilidade da tragédia em regiões ignorantes ou atrasadas – ou seja, pobres – do mundo.⁴⁸

Essas imagens parecem não causar inquietação naqueles que estão distantes, dado que a mídia, enquanto detentora do monopólio da comunicação, elege e as comercializa. Ora, ela fornece àquilo que o povo exige dela. Com o avanço da tecnologia de comunicação, conseqüentemente, a notícia passa a ter uma finalidade distinta de informar unicamente o desenrolar dos fatos; há uma

⁴⁶ DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 13.

⁴⁷ Ibidem, p. 17.

⁴⁸ SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Op. cit., p. 38.

pretensão diversa, voltada à satisfação dos interesses subjetivos daqueles que controlam as fontes mais influentes da mídia.⁴⁹

Protagonismo Judicial no Processo Penal

A sociedade do espetáculo corrobora para a efetivação do protagonismo do Poder Judiciário, considerando que a mídia exercer maior influência no direito penal. Com o escopo de auferir vantagem econômica, a mídia explora a consciência coletiva para conquistar um grande público. O sensacionalismo midiático incide sobre os casos penais. Sobre isto, Santos argumenta:

Este novo protagonismo judiciário traduz-se num confronto com a classe política e com outros órgãos de soberania, nomeadamente o poder executivo. Estamos perante uma judicialização dos conflitos políticos que não pode deixar de traduzir-se na politização dos conflitos judiciários. Para além da judicialização dos conflitos políticos, a notoriedade dos tribunais está relacionada com a explosão de litigiosidade, induzida pelas dívidas de consumo e pela pequena criminalidade contra a propriedade, direta ou indiretamente relacionada com o tráfico e o consumo de drogas. Esta vaga expansionista de pequena criminalidade e os sintomas de insegurança social que gerou trouxeram para a ribalta mediática os tribunais. Uma outra face da visibilidade dos tribunais reside no despontar de novos tipos de criminalidade, com forte repercussão pública, como o crime económico organizado, as associações criminosas, a corrupção, o tráfico de droga e de armas, de crianças, de prostitutas e de órgãos para transplantes.⁵⁰

O processo penal é caracterizado por uma elevada tensão, em razão da possibilidade da privação da liberdade. As repercussões das ações e omissões no direito processo penal ressoam na opinião pública, limitando ou agravando os danos sociais, a depender das especificidades do caso concreto. O processo penal é um campo de luta política e, a partir dessa reflexão, instrui Casara:

Uma luta que se trava a partir de opções relativas ao trato do poder penal, isso é, escolhas que dizem respeito à forma pela qual se opta por impor sofrimento (ainda que legítimo) a pessoas. Nunca se deveria esquecer que o processo penal pode servir como instrumento tanto de repressão e incremento de violência social (modelo autoritário) quanto

⁴⁹ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 64.

⁵⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 82-109, jan./jun. 2005, p. 98.

de garantia dos direitos fundamentais (modelo democrático); tanto como instrumento de perseguição política (e exemplos não faltam na história recente) quanto como meio de racionalização do poder penal.⁵¹

Casara preconiza que, na sociedade de informação, a mídia afeta diretamente o direito processual penal para gerar entretenimento lucrativo. Para ela, o real não mais importa. Aposta-se na prisão como método de satisfazer ao público, chamando sua atenção pelo maior tempo possível. Isso se torna a forma mais rentável para essa.⁵²

O SENSACIONALISMO MIDIÁTICO

A Exposição Midiática do Poder Judiciário

A ampliação da sociedade de informação com o uso de novas tecnologias de comunicação e informação é benéfico à sociedade. Apesar disso, alerta-se que a democracia prescinde do elemento da informação, essencial para a promoção da igualdade política, uma vez que a democracia representa “um governo da informação em que, para participar com igualdade política, o cidadão necessita de informação plural. Ou seja, ele precisa ter acesso a diferentes fluxos de informação para construir a sua opinião”.⁵³

O uso das tecnologias de informação e de comunicação podem auxiliar para uma maior eficiência e corte dos gastos com a gestão dos recursos humanos dos tribunais. Usando novas tecnologias, melhora-se a comunicação nos tribunais interna (entre os servidores dos tribunais) e externa (atendimento do judiciário perante os cidadãos). Por outro lado, isso facilita a exposição e a visibilidade midiática, trazendo riscos à democracia, ao Poder Judiciário, à política, à ciência, à cultura e à religião.⁵⁴

A exposição midiática do judiciário ocorre principalmente no âmbito criminal, vosp que os crimes prenderem a atenção do público, seja em razão

⁵¹ CASARA, Rubens Roberto Rebello. **Processo penal do espetáculo (e outros ensaios)**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2018, p. 17.

⁵² Ibidem, p. 28.

⁵³ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 15.

⁵⁴ Ibidem, p. 16.

das peculiaridades do delito ou por não ser um reato midiático e corriqueiro. A mídia deveria comprometer-se com uma publicidade proba, sem qualquer ingerência interna ou externa, no entanto, na prática, chama-se atenção do público, os fatos são narrados com sensacionalismo e há uma dramaturgia eivada de punitivismo.⁵⁵

Instrui Casara que a mercadoria, por norma, atende a vontade de seu consumidor; não seria diferente com a divulgação das notícias ao ouvinte, a qual visa despertar o interesse social e formar a opinião pública. Tal fato corresponde ao espetáculo praticado para satisfazer o maior número de indivíduos, atendendo aos desejos da plateia, que podem, desde o início, igualar-se à pretensão subjetiva da mídia.⁵⁶

Facchi assevera que a opinião pública é aplicada por juízes ímprobos, que utilizam dela para justificar suas decisões despóticas. Ao subterfúgio de alcançar a maioria dos juristas, aqueles que cedem ao espetáculo alegam defender a democracia, pouco se importando, com os direitos e garantias fundamentais.⁵⁷

O processo penal é um instrumento democrático para evitar a arbitrariedade do poder estatal na condução dos interesses sociais e coletivos. Por outro lado, a mídia representa um instrumento essencial à comunicação, bem como à captação e divulgação das informações. Não obstante, torna-se temerário seu exercício livre e desimpedido, sem qualquer filtro ou regulamentação para validação do conteúdo daquilo que é noticiado. A divulgação prematura consegue influenciar o comportamento dos magistrados e do público, a partir disso, a opinião pública é formada.⁵⁸

Isto é grave, mormente nos processos sob o rito do Tribunal do Júri, por meio do qual, os jurados não precisam fundamentar a sua decisão, mas apenas

⁵⁵ Ibidem, p. 16-17.

⁵⁶ CASARA, Rubens Roberto Rebello. **Processo penal do espetáculo (e outros ensaios)**. Op. cit., p. 15-16.

⁵⁷ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 95.

⁵⁸ GARAPON, Antonie. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. Tradução: Maria Luiza de Carvalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 82.

indicar sua vontade quantos aos quesitos formulados pelo julgador, que estão expressos no capítulo II, arts. 406 a 497 do Código de Processo Penal.⁵⁹

O jurado é diariamente contaminado pela opinião pública, sobretudo pelo espetáculo midiático diante da publicização dos fatos, visto que ele tem uma aproximação breve das provas somente durante o julgamento. Por isso, os jurados têm “suas consciências impregnadas por informações externas e menos sensíveis aos argumentos das partes nos debates travados perante o tribunal”.⁶⁰

Aliás, destaca-se que, os jurados recebem informações do caso pela mídia, a qual, usualmente, espalha informações da fase policial, da investigação e do inquérito, sem respeitar as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

A opinião pública tem servido como alicerce para a legitimação da decretação de medidas cautelares, principalmente a prisão preventiva. Há menção no conteúdo de decisões ao termo “clamor público” como fundamento de “garantia da ordem pública”, prevista no art. 312, do Código de Processo Penal.⁶¹

Na hipótese de decretação da prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, mesmo que não restar comprovados os indícios suficientes de autoria e materialidade do delito, a presunção de culpabilidade torna-se absoluta, sob a narrativa de restabelecer a calma dos temores públicos. Isso configura a supressão das garantias constitucionais do acusado.⁶²

Mesmo os magistrados, que não deveriam ser eivados pela opinião pública, são por ela influenciados. Afinal de contas, “na prática nenhum juiz,

⁵⁹ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 96.

⁶⁰ SHREIBER, Simone. **A publicidade opressiva de julgamentos criminais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 371-372.

⁶¹ SANGUINÉ, Odone. A inconstitucionalidade do clamor público como fundamento da prisão preventiva. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). **Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva: criminalista do século**. São Paulo: Método, 2001, p. 29.

⁶² FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 105.

como humano, é absolutamente impermeável”, e termina por ser “influenciado não só pela imprensa senão também pela opinião pública em geral”.⁶³

O Espetáculo Midiático

A espetacularização do processo penal pelos meios de comunicação em massa é incompatível com o Estado Democrático de Direito. Nessa ótica, Albin Esser afirma que a “publicidade representa atualmente a maior ameaça para a personalidade do denunciado, exposto a uma possível pré-condenação pelos meios de comunicação”.⁶⁴ De igual modo, o autor assevera que a informação, para além de comprometer a presunção de inocência, macula a imparcialidade do juiz.⁶⁵

Um estudo realizado por Simon R. J. concluiu que jurados que tiveram contato com informações sensacionalistas em desfavor do investigado têm maior propensão a condená-lo.⁶⁶ O Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), em 1997, afirmou que os casos divulgados pelos meios de comunicação de massa ocasionam um julgamento injusto e parcial, a saber:

Sem embargo, como qualquer outra pessoa, as personalidades conhecidas têm o direito a beneficiar-se de um processo equitativo tal como o garante o art. 6º, que, em matéria penal, compreende o direito a um tribunal imparcial. Os periodistas devem recordar que redigem artigos sobre processos penais em curso, pois os limites do comentário admissível não podem englobar declarações que haveriam de correr o risco de reduzir as possibilidades de uma pessoa beneficiar-se de um processo justo ou de minar a confiança do público no trabalho desempenhado pelos tribunais. [...] (§ 16). Ao contrário do parecer da Comissão Europeia de Direitos Humanos (431), o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou que o artigo periodístico no qual se criticavam duramente as respostas dadas por um antigo ministro durante o julgamento em que se lhe acusava de fraude fiscal, havia excedido os limites do exercício legítimo da liberdade de expressão, na medida em que, segundo a tese dos tribunais austríacos compartilhada pelo TEDH, o periodista havia pretendido erigir-se em juiz do caso ao

⁶³ SOUZA, Artur César de. **A decisão do juiz e a influência da mídia**: ineficácia da prova divulgada pelos meios de comunicação para o processo penal e civil. Op. cit., p. 206.

⁶⁴ LÓPEZ JIMENEZ, Raquel. **La prueba em el juicio por jurados**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002, p. 333, tradução livre.

⁶⁵ Ibidem, p. 334.

⁶⁶ Ibidem, p. 334-335.

tentar influir sobre a opinião dos membros do jurado com o que havia menosprezado os direitos do acusado [...].⁶⁷

A decisão judicial aliada a publicidade exacerbada e desvirtuosa, intermediada midiaticamente, influi na própria produção da prova. Por conseguinte, cita-se o exemplo de Artur Souza da testemunha amedrontada ante a repercussão do caso e a opinião pública, a qual ludibria a sua atuação e traz riscos da modificação do fato em sua totalidade.⁶⁸

CRIMES EMBLEMÁTICOS E A RELAÇÃO MUDIÁTICA

Nessa produção textual cabe destacar, a seguir, delitos emblemáticos que intensificaram a midiatização do processo penal. Nos Estados Unidos, em 1954, ocorreu um caso de seis homicídios em um condado dos EUA, que causaran revolta na região e em condados limítrofes, em razão da excessiva divulgação da mídia.⁶⁹

O investigado fora preso em abril daquele ano. A imprensa divulgou uma nota ao *parquet* informando que o suspeito havia confessado os reatos. Não obstante, após a conclusão da investigação, o réu foi acusado tão somente de um dos assassinatos. Por sua vez, a mídia, apesar disso, já havia divulgado a confissão dos seis assassinatos.⁷⁰

Em consequência disso, o procurador do réu pugnou pelo desaforamento do julgamento. O pleito foi atendido e o processo foi desaforado para um condado limítrofe. Ocorre que esse estava igualmente eivado com a massificação das notícias concernentes aquele caso. Mesmo após novo pedido de desaforamento, o processo ficou naquele condado, haja vista que a legislação daquele estado permitia somente um desaforamento.⁷¹

⁶⁷ CATALÁ I BAS, Alexandre H. **Libertad de expresión e información**: la jurisprudencia del TEDH y su recepción por el Tribunal Constitucional. Valencia: Ediciones Revista General de Derecho, 2001, p. 319-320, tradução livre.

⁶⁸ SOUZA, Artur César de. **A decisão do juiz e a influência da mídia**: ineficácia da prova divulgada pelos meios de comunicação para o processo penal e civil. Op. cit., p. 206.

⁶⁹ Ibidem, p. 208.

⁷⁰ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 11.

⁷¹ Ibidem, p. 12.

O acusado foi condenado. Na sequência, irresignado, recorreu com base na influência que a mídia exerceu no caso. Ao final, a Corte dos Estados Unidos, neste julgamento denominado como “Irvin vs. Dowd”, reconheceu a influência ocasionada pela mídia sobre o convencimento dos julgadores e fixou critérios a respeito do tema:

- i) Que o acusado possui o direito de ter um jurado imparcial e que a quebra desse direito fere o princípio do devido processo legal;
- ii) A imparcialidade do jurado é vilipendiada quando ele possui opinião formada;
- iii) A divulgação em massa, pelos meios de comunicação, que estigmatiza o acusado, colabora com a comoção pública e que esse fato impede a imparcialidade do jurado. Nesse caso, foi divulgado o quadro de jurados que foram rejeitados para atuar no júri: 37 (trezentos e setenta), de um total de 430 (quatrocentos e trinta), que já teriam opinião formada para declarar a culpabilidade do imputado.⁷²

Há caso análogo julgado pela Suprema Corte norte-americana que manteve o entendimento *Estes vs. Texas* (381 US 532 de 1965), por meio do qual foi concedido previamente pelo magistrado a cobertura midiática do julgamento. Posteriormente ao julgamento, o réu foi condenado. Inconformado, recorreu da decisão, alegou a ingerência que os meios de comunicação empreenderam sobre o julgamento.⁷³ Diante disso, a Suprema Corte deu provimento ao recurso, aduziu que houve violação a 14ª emenda por parte da mídia ao transmitir a sessão de julgamento.⁷⁴

No Brasil, há diversos crimes que foram enfoque dos grandes portais digitais de comunicação, a saber: o caso Eliza Samudio datado de 2010, vítima de feminicídio, cuja autoria foi atribuída ao goleiro Bruno Fernandes, a época foi jogador do time de futebol do Flamengo; o homicídio acontecido no ano de 1992 da atriz da TV Globo Daniella Perez, de 22 anos; o delito praticado por Elize Matsunaga, condenada pelo homicídio do seu marido em 2012, um empresário de renome no mercado. Ante os delitos expostos, repara-se que a mídia explorou

⁷² SOUZA, Artur César de. **A decisão do juiz e a influência da mídia**: ineficácia da prova divulgada pelos meios de comunicação para o processo penal e civil. Op. cit., p. 208.

⁷³ Ibidem, p. 209.

⁷⁴ Ibidem, p. 209-210.

detalhadamente os casos com uma cobertura impactante e histórica. Cada atualização recente, por mais ínfima que o fosse, era publicizada midiaticamente, exortando a aversão pública.⁷⁵

Operação Lava-Jato e Mensalão

Nacionalmente, a midiáticação do processo penal, intensificou-se devido ao caso do “Mensalão” (Ação Penal nº 470) e à “Operação Lava-Jato”. Os julgamentos tornaram-se verdadeiros espetáculos midiáticos, ganharam atenção especial do público, isso, ocasionou a mitigação das garantias e dos direitos fundamentais dos acusados.

O caso político emblemático brasileiro que resultou na Operação Lava Jato (2014/2021) foi mencionado em mais de trinta mil matérias jornalísticas até o ano de 2016, as quais compõe reportagens, editoriais, colunas, artigos e manifestações pessoais de leitores.⁷⁶

Neste caso, a mídia nacional visou concentrar o controle da publicidade do processo para si, ao ponto de revelar minuciosamente os seus desdobramentos. A partir disso, indaga-se: a publicidade dos processos penais exagerada, pelos meios de comunicação em massa, influencia direta ou indiretamente na produção das provas, na decisão do magistrado, ou seja, no processo penal em sua totalidade? Ainda, qual efeito a publicidade do processo penal causa sobre o ator jurídico e sobre a opinião pública?⁷⁷

A Operação Lava-Jato culminou em um julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal, durante seis anos, que concluiu pela parcialidade do magistrado que presidiu o processo.⁷⁸

É essencial resgatar a essência de um Estado Social Constitucional e Democrático de Direito, pautado, notadamente, na efetivação dos direitos e

⁷⁵ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 97.

⁷⁶ Ibidem, p. 1.

⁷⁷ Ibidem, p. 19.

⁷⁸ Ibidem, p. 4.

garantias fundamentais individuais e sociais, com decisões livres de interferências midiáticas, mais alinhadas com a idealização social por justiça.⁷⁹

O caso do “Mensalão” iniciou em 2006 com a denúncia de 40 (quarenta) acusados de participarem de esquemas de corrupção, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e desvio de verbas públicas. Dentre os investigados estavam vários políticos, o que despertou interesse do público e da cobertura jornalística por intermédio da imprensa.⁸⁰

A dimensão da cobertura jornalística contou com o cadastramento de 500 (quinhentos) jornalistas de 65 (sessenta e cinco) veículos distintos de imprensa. Arruda assevera a respeito da dimensão do caso:

Segundo informou o site do jornal O Globo (25/10/2012), o julgamento teve índices de audiência além dos esperados. “No dia 3, durante o voto do ministro relator, Joaquim Barbosa, das 17h11 às 18h59, a Globo News foi líder no ranking de audiência da TV paga”, informa o canal. Em miúdos: houve um dia em que o STF venceu séries como ‘Friends’ (Warner) e ‘Brothers and sisters’ (GNT)”. Do mesmo modo, o caso foi amplamente acompanhado pela internet e pelas redes sociais. Cerdeira e Hartmann informam que, segundo a ferramenta Google Trends, o número de buscas no Google relacionadas ao mensalão, no dia 29/07/2012, ultrapassou às ligadas à novela da TV Globo Avenida Brasil, que fazia estrondoso sucesso à época. Afirmam, ainda, que foram publicadas 61.325 mensagens no Twitter sobre o mensalão, escritas por 23 mil pessoas, apenas no primeiro dia do julgamento, as quais alcançaram cerca de 14,3 milhões de pessoas e cerca de 300 milhões de exibições. A segunda expressão mais usada na rede social, neste mesmo dia, foi #ConfioNoSTF, com 22 milhões de aparições, perdendo apenas para #mensalão, com 33 milhões de aparições.⁸¹

A divulgação dos julgamentos pela mídia altera o equilíbrio emotivo dos atores jurídicos, precipuamente do juiz, podendo ter como consequência um processo penal falseado. Arthur Souza menciona o exemplo do caso midiático italiano intitulado como “Operação Mãos Limpas”, que tratou da apuração de uma investigação de corrupção na década de 1990, marcada pelo espetáculo

⁷⁹ Ibidem, p. 4.

⁸⁰ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 4-5.

⁸¹ ARRUDA, Alexandre da Silva. **O julgamento do caso Mensalão e a influência da mídia: um ponto fora da curva?** Dissertação (Mestrado em Inovação na gestão dos órgãos de justiça administrativa) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 61-62.

mediático, por meio do qual os protagonistas se dirigiam aos espectadores e não às partes envolvidas.⁸²

Nos processos de escândalos políticos do Mensalão de 2005 e da Lava-Jato de 2014, a mídia intensificou-se de maneira semelhante ao caso italiano. Presumindo-se que a mídia nacional visou concentrar para si o monopólio da publicidade do processo, revelou segredos políticos a fim de obter audiência.⁸³

O papel e a influência que a mídia e os meios de comunicação em massa exerceram sobre as referidas ações foi tão significativo a ponto de os julgamentos serem corriqueiramente transmitidos ao vivo pela TV Justiça, administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), repercutindo as nuances ocorridas, quase que numa trama teatral. Diante disso, os ministros se transformaram em verdadeiras celebridades.⁸⁴

A cobertura jornalística foi provavelmente feita com a intenção de permanecer guardada na história. Apesar disso, prevaleceu a versão jornalística do fato, e não a jurídica.⁸⁵

Constate-se que os ministros passaram de julgadores para protagonistas de um grande espetáculo midiático. Não há falar em decisões propriamente ditas, mas sim em discursos para agradar ao público. Um fato que corrobora com a situação apresentada:

[...] foi o da ligação, em meio ao julgamento, do Ministro Ricardo Lewandowski ao jornalista Merval Pereira, que escrevia para uma coluna no jornal “O Globo” O contato do ministro do STF tinha um motivo: explicar ao periodista, rebatendo crítica anteriormente feita contra si, o seu voto. A ligação foi divulgada na própria coluna do jornalista, intitulada “As razões de Lewandowski”.⁸⁶

Há uma relação entre a mídia e o julgamento do Mensalão que merece ênfase. Trata-se de um fato que ocorreu no dia 07 de agosto de 2012, momento

⁸² SOUZA, Artur César de. **A decisão do juiz e a influência da mídia**: ineficácia da prova divulgada pelos meios de comunicação para o processo penal e civil. Op. cit., p. 187.

⁸³ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 7.

⁸⁴ Ibidem, p. 17.

⁸⁵ Ibidem, p. 17.

⁸⁶ Ibidem, p. 19.

no qual o jornal “O Globo” publicou um artigo de Diego Werneck Arguelhes que criticava as sustentações orais dos procuradores daquele caso.⁸⁷

Para Arguelhes, no julgamento do Mensalão, os ministros deveriam ter maior intervenção, dirigindo questionamentos diretamente aos advogados com relação às questões objeto da lide. Um dia após, em julgamento, o ministro Joaquim Barbosa e Dias Toffoli mudaram sua atitude e elaboraram indagações aos causídicos. A influência midiática teve maior impacto nas decisões que potencialmente prejudicavam os acusados.⁸⁸

A Ação Penal 470 (Mensalão) colocou o processo penal em evidência, “acendeu as luzes e deu início a um grande espetáculo midiático”, considerando sua relevância de envolver agentes políticos e megaempresários de renome, com a transmissão ao vivo pela TV Justiça. Um dos procuradores federais da referida ação, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, ressaltou a importância da mídia para o processo.⁸⁹

Os juristas afirmaram que a ação só teve resultados efetivos em razão do apoio social. Por conseguinte, os meios de comunicação em massa detiveram o monopólio da informação, foram os responsáveis por propagarem aquilo que ocorria na investigação.⁹⁰

Entre março de 2014 e março de 2016 a operação Lava-Jato teve como escopo 36 (trinta e seis) capas da revista. Sobre a dimensão da questão, enuncia-se Denner Pacheco da Cruz e e Dimas Antônio Kunsch:

Tamanha exposição, fez com que a Lava-Jato influenciasse até mesmo a produção cultural nacional. Produtos audiovisuais como o filme “Polícia federal: a lei é para todos” e a série da Netflix “O mecanismo” foram criados, além de livros biografando a vida de Moro. Todos esses produtos culturais tiveram enorme repercussão. Era comum ver pessoas com camisetas e cartazes enaltecendo o então juiz, e sobretudo a operação em si. A sensação anti-sistema provocada pela lava-jato deu esperanças a boa parte da população. A grande mídia pautava o debate público, num claro exemplo de agenda setting, um

⁸⁷ Ibidem, p. 19.

⁸⁸ ARRUDA, Alexandre da Silva. **O julgamento do caso Mensalão e a influência da mídia: um ponto fora da curva?** Op. cit., p. 65-66.

⁸⁹ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal.** Op. cit., p. 19.

⁹⁰ Ibidem, p. 20.

dos mais espetaculares do período, sob o enquadramento do combate à corrupção.⁹¹

Além disso, o magistrado da primeira instância à época, Sérgio Fernando Moro, ficou conhecido nacionalmente, apareceu em diversas capas de revistas. Na operação Lava-Jato a segurança das informações processuais esteve tão comprometida que:

[...] documentos utilizados pelos veículos de comunicação tiveram um rastreamento estratégico de seu conteúdo e do tempo em que foram divulgados à imprensa. Ressalta-se que o próprio Procurador-Geral da República reconheceu que alguns materiais tinham sido vazados à imprensa pelos investigadores.⁹²

Para Esposito, um caso emblemático da operação Lava-Jato ocorreu em março de 2016 com a divulgação de informações de uma interceptação telefônica do juiz que conduzia o caso. O conteúdo da ligação fora uma conversa havida entre um dos investigados, presidente Lula, com a ex-presidente Dilma Rousseff, ocasião pela qual ela o nomeava ministro chefe da Casa Civil.⁹³

O procurador de Lula informou que a divulgação do diálogo para a mídia foi arbitrária por parte do magistrado e teve a finalidade de estimular uma agitação pública. A época, entendeu-se que a nomeação precipitada tão somente seria uma artimanha para tutelar o presidente de eventuais sanções legais.⁹⁴

A condenação do presidente Lula no caso denominado como “Triplex do Guarujá”, foi outro que ligou o processo com a mídia. Denner Pacheco da Cruz e Dimas Antônio Kunsch afirmam que, além de delações premiadas de corrêus,

⁹¹ CRUZ, Denner Pacheco da; KUNSCH, Dimas Antônio. O Direito e a direita: a operação lava-jato, a mídia e o poder. **2º Congresso Latinoamericano de Comunicación de la UNVM**, 2020. Disponível em: <https://www.aacademica.org/segundo.congreso.latinoamericano.de.comunicacion.de.la.unvm/123.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025, p. 7.

⁹² FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 40.

⁹³ ESPOSITO, Mauricio Pontes. Operação Lava Jato e Mídia: uma reflexão sobre a imagem da justiça. **Vínculos, Redes e Ambientes**: VI Congresso Internacional de Comunicação e Cultura, nov. 2018. Disponível em: https://www.comcult.cisc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/GT5_Mauricio-Pontes-Esposito-PUCSP.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025, p. 8.

⁹⁴ FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Op. cit., p. 23.

matérias jornalísticas foram utilizadas para a basear a condenação:

Outro evento, este primordial, é o da condenação do ex-presidente no caso do Triplex do Guarujá, processo este em que o levou à prisão, impedindo-o de concorrer às eleições presidenciais. A condenação de Lula baseou-se, principalmente em provas indiretas, como por exemplo uma reportagem do jornal O Globo, e também das delações premiadas dos acusados presos pela operação. A professora do Instituto de Educação Superior de Brasília Thaís Aroca Datcho, em entrevista ao jornalista Murillo Ferrari da CNN, disse que “Independentemente dele ser culpado ou inocente, a existência deste processo foi explorada de maneira política. Isso é claro e flagrante para quem olha de maneira honesta do ponto de vista jurídico.”⁹⁵

Na operação Lava-Jato, houve medidas cautelares de prisão – como a busca e apreensão –, prisões foram decretadas, ocorreram acordos de colaboração premiada e condenações com penas elevadas. A referida operação resultou em 130 (cento e trinta) denúncias oferecidas, 179 (cento e setenta e nove) ações penais propostas e 174 (cento e setenta e quatro) condenados em primeira e em segunda instância.⁹⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou as principais reflexões acerca da relação entre a mídia e o processo penal, demonstrando o espetáculo midiático na divulgação das informações e seu risco às garantias constitucionais e democráticas. Trazer à baila as normas principiológicas da publicidade processual e da imparcialidade do julgador, desde logo, mostrou-se necessário para o estudo dos casos mais divulgados pela mídia nacional e internacional.

O âmago desse estudo pauta-se na constatação de que o ativismo judicial pode ser um meio necessário para concretização dos direitos e garantias fundamentais. Quando esses direitos são assegurados, há uma perspectiva

⁹⁵ CRUZ, Denner Pacheco da; KUNSCH, Dimas Antônio. O Direito e a direita: a operação lava-jato, a mídia e o poder. Op. cit., p. 9.

⁹⁶ Dados obtidos no *site* do Ministério Público Federal: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Lava Jato**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/casos-historicos/lava-jato>. Acesso em: 31 mar. 2025.


positiva; ao contrário, quando suprimidos, será negativo. Notou-se que o campo da informação tem capacidade suficiente para alterar o curso dos acontecimentos para alcançar os objetivos almejados. Similarmente, constatou-se que o protagonismo do Poder Judiciário se deve ao fato de que a mídia é uma fonte catalisadora do ativismo judicial, visto que lhe é atribuído o título de “quarto poder”, com capacidade de influenciar as ações sociais.

É de extrema relevância esse estudo porque foi possível verificar que a mídia é preponderante na transformação social. Aquilo dito por ela chega a um elevado número de pessoas e pode mudar a história, haja vista seu poder de exercer forte influência no público. Na sociedade do espetáculo, a informação enquanto mercadoria preenche a vida social. Ela é transformada em produto e explora o imaginário do público. Quanto mais temerário aquilo que se noticia, maior será o fascínio em se reproduzir, a fim de atender à vontade social.

Na sociedade de informação, as ações e omissões no processo penal afetam a opinião pública, causando danos sociais. Dadas as particularidades processuais de alguns casos, pode-se transparecer uma sensação de impunidade ou falha da prestação jurisdicional durante a persecução estatal. Quando a influência da mídia alcança negativamente o Estado, na hipótese de violação a um bem jurídico, causando infortúnio na sociedade e diante da inobservância das garantias fundamentais do acusado, torna-se necessário resgatar a confirmação de um processo penal essencialmente democrático e acusatório.

Os meios de comunicação social devem agir em benefício do público com o dever ético de transparência, imparcialidade na divulgação das informações e exatidão na narração dos fatos, sem viés doutrinário. Para isso, faz-se necessária a limitação excepcional e legal do seu poder, a fim de garantir o interesse geral. Além disso, a imprensa deve avaliar criticamente como recebem as notícias e estar ciente quanto as suas responsabilidades legais e éticas.

Ao final desse estudo, foram apresentadas as decisões proferidas consoante a opinião pública, a qual, normalmente, é antagônica aos ditames



constitucionais. O sensacionalismo midiático dos casos causa balbúrdia social, influenciando as pessoas e os julgadores.

REFERÊNCIAS

ANTONIO NETO, Fausto. **Comunicação e mídia impressa**. São Paulo: Hacker, 1999.

ARRUDA, Alexandre da Silva. **O julgamento do caso Mensalão e a influência da mídia**: um ponto fora da curva? Dissertação (Mestrado em Inovação na gestão dos órgãos de justiça administrativa) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 1- 42, abr. 2005.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CASARA, Rubens Roberto Rebello. **Processo penal do espetáculo (e outros ensaios)**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2018.

CATALÁ I BAS, Alexandre H. **Libertad de expresión e información**: la jurisprudencia del TEDH y su recepción por el Tribunal Constitucional. Valencia: Ediciones Revista General de Derecho, 2001.

COSTA, Ricardo da. A retórica na Antiguidade e na Idade Média. **Revista Transformação**, v. 42, n. 2, p. 355-384, 2019.

CRUZ, Denner Pacheco da; KUNSCH, Dimas Antônio. O Direito e a direita: a operação lava-jato, a mídia e o poder. **2º Congresso Latinoamericano de Comunicación de la UNVM**, 2020. Disponível em: <https://www.aacademica.org/segundo.congreso.latinoamericano.de.comunicacion.de.la.unvm/123.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B.L. **Representing order**: Crime, law, and justice in the news media. Milton Keynes: Open University Press, 1991.

ESPOSITO, Mauricio Pontes. Operação Lava Jato e Mídia: uma reflexão sobre a imagem da justiça. **Vínculos, Redes e Ambientes**: VI Congresso Internacional de Comunicação e Cultura, nov. 2018. Disponível em: https://www.comcult.cisc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/GT5_Mauricio-Pontes-Esposito-PUCSP.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

FACHI JUNIOR, Edson Luiz. **O espetáculo midiático no processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

FONSECA, Francisco C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 13-24, jun. 2004.

GARAPON, Antonie. **O juiz e a democracia**: o guardião das promessas. Tradução: Maria Luiza de Carvalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

LÓPEZ JIMENEZ, Raquel. **La prueba em el juicio por jurados**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002.

OLIVEIRA, Leonardo Alves de. Ativismo judicial: qual é o limite do Poder Judiciário? **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 64, n. 467, p. 15-25, set. 2016.

ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QUADROS, Doacir Gonçalves de. O poder e a mídia na teoria social. **Ius Gentium**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 78-94, jul./dez. 2016.

SANGUINÉ, Odone. A inconstitucionalidade do clamor público como fundamento da prisão preventiva. *In*: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). **Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva**: criminalista do século. São Paulo: Método, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 82-109, jan./jun. 2005.


SHREIBER, Simone. **A publicidade opressiva de julgamentos criminais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Artur César de. **A decisão do juiz e a influência da mídia**: ineficácia da prova divulgada pelos meios de comunicação para o processo penal e civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

STRECK, Lênio. **Verdade e consenso**: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

STRECK, Lenio. O indulto e a Escola do Direito Livre: o STF que vai de zero a cem! **Consultor Jurídico**, 15 mar. 2018. Disponível em:



<https://www.conjur.com.br/2018-mar-15/senso-incomum-indulto-escola-direito-livre-stf-zero-cem/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TASSINARI, Clarissa. **Jurisdição e ativismo judicial**: limites da atuação do judiciário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.